

A PROPÓSITO DE RUI, JANUS E O PAPA E O CONCÍLIO*

DJACIR MENEZES**

Entre outros grandes títulos, conta Américo Jacobina Lacombe com o que lhe atesta o labor cívico em prol da memória de Rui Barbosa, aí à vista de coevos e pósteros. Pois aconteceu que, em certo dia feliz, tive a surpresa de receber o convite para escrever a apresentação de *O Papa e o Concílio*, vol. 4 das *Obras completas*. O convidado anterior, Prof. Castro Rebelo, morrera sem nos legar quaisquer notas a respeito — deixou-nos apenas a imaginar o magistral ensaio que nos teria oferecido, com sua erudição, penetração crítica e limpidez de julgamento, se tivesse realizado a incumbência.

Entusiasmado com o assunto, que sempre me fascinara, e espicaçado por um livro injusto cujo primeiro capítulo era uma medíocre tentativa de tisonar a memória ilustre, pus-me à tarefa.

Não me improvisei em estudioso do tema. A sua perspectiva, entretanto, é que fora mudando com o passar dos anos. Para nossa adolescência acadêmica, no Ceará, com Moésia Rolim, Walter Pompeu, Aloísio Coimbra, Jader de Carvalho, Josaphat Linhares, Ubatuba de Miranda e outros entusiastas, aquela obra representava o grande brado contra o ultramontanismo que envenenara as nascentes do republicanismo e da democracia. Daí avante, toda vez que encontrava num sebo qualquer coisa alusiva, ia adquirindo. A sorte, que protege os que transferem suas parcas rendas aos livros (rendas de professor, imaginem, num país que os assalaria penosamente!), me pôs às mãos o exemplar da edição da obra de Ignaz von Doellinger, publicada em Leipzig, em 1869 — o texto que Rui traduzira no Brasil, antepondo-lhe a caudalosa introdução.

A maledicência sempre andou mordendo os calcanhares do senador baiano. Nessas dentadas dos cainços não faltou quem asseverasse coisas mesquinhas. Entre elas, que Rui se valera da tradução francesa, mentira facilmente refutável, conforme expus no prefácio à edição das *Obras completas*. Menciono o fato para comprovar que acudi ao convite na plena consciência da responsabilidade que me atribuíra Américo Lacombe. Nesse propósito, cuidei de munir-me da biografia de Doellinger, bem como de grande parte de sua larga obra a respeito da história social e política da Igreja, onde era autoridade incontestável.

* Aproveito o ensejo para corrigir um lapso que resultou num erro do qual a sonolência dos críticos não me argüiu. No prefácio *O Papa e o Concílio*, das *Obras completas*, pus o nascimento de Victor Cousin no ano de 1870, três anos depois de sua morte — e o incolor filósofo do ecletismo nascera nos fins do século XVIII, conversara com Hegel, discutira-lhe o sistema (que compreendia mal), divulgara-o a seu modo na França, etc. Desse chocante anacronismo, só Evaristo de Moraes Filho deu sinal, com a cordial malícia que o distingue — e que agradeço comovido e rancoroso.

** Ex-reitor da UFRJ.

Sabido é pelos biógrafos de Rui que foi Saldanha Marinho quem lhe pediu para transladar ao vernáculo *O Papa e o Concílio*, coletânea de artigos sobre o dogma que em 1870 consagrava a infalibilidade pontifical e assanhara adversários por toda parte. Mas quem era esse Janus? Que personalidade se ocultava por trás do criptônimo? Melhor: quem era Ignaz von Doellinger? Poucos responderiam à pergunta no Brasil de 1870.

2. A 28 de fevereiro de 1799 nascia em Bamberg (Franconia superior) o futuro historiador do cristianismo Johann Joseph Ignaz von Doellinger. Tinha 10 anos quando se deu a secularização da velha Igreja alemã. Os efeitos do cisma na Baviera foram insignificantes. No lar de Doellinger, o pai, que era médico e professor da Universidade, educou-lhe o espírito no sentido científico. Sua mãe Tereza insinuou-lhe o sentimento religioso que o levou ao sacerdócio, ordenando-se em 1822. Desde que entrara na Universidade de Wurtzburgo, em 1816, para as aulas de jurisprudência, os estudos de teologia o atraíram, marcando-lhe as preocupações daí por diante.

Não teve mestres que o impressionassem. Refugiou-se nos livros da teologia clássica dos séculos XVII e XVIII, segundo nos informa Finsterhoelz, à busca de respostas às suas perplexidades.

Depois de ordenado, foi chamado a ensinar, no Liceu de Aschaffenburg, as disciplinas que lhe dariam prestígio internacional — história eclesiástica, dogmática e direito canônico. Mergulha nos meandros doutrinários, trava debates sobre teologia evangélica, estuda as raízes sociais dos movimentos heréticos da Idade Média. . .

Tais estudos levaram-no a profundas reflexões sobre as matrizes da especulação religiosa. No ano de 1826, foi nomeado professor extraordinário de história eclesiástica e direito canônico na Universidade de Munique.

Na sua obra, a seriedade do método científico, que lhe incutira o pai, alia-se à tradição teológica bebida nas fontes do cristianismo. Esses elementos nutririam a rebelião do exegeta contra o reconhecimento do dogma da infalibilidade, que o antagonizaria com os objetivos da política de Pio IX, que se disseminava num círculo crescente de discípulos. Nessa órbita litigiosa gravitaram Lord Acton, Newman e Montalembert.

Pelas alturas de 1848, combatia os jesuítas e a tese do absolutismo romano no Parlamento de Frankfurt, advogando a independência das igrejas em nome do federalismo das instituições eclesiásticas cujas fisionomias se haviam desfigurado nos intestinos da política medieval. O cardeal de Andrea considerava Doellinger o “maior teólogo da Igreja católica”, mas todos os púlpitos de Munique vociferavam contra as lições do herético.

“E o resultado das excitações foi tal — escreveu o prefaciador da edição francesa, Giraud-Teulon — que a polícia advertiu-o oficialmente a não aventurar-se a sair sozinho porque não se responsabilizaria por sua vida” (*La papauté*. Paris, 1904. p. 3).

3. Rui escreveu em plena sintonia com a tese litigiosa de Janus: “Sobre o concílio nulificado, alça-se, radiante na sua indefinida soberania, a autoridade pessoal do Papa, de cujo pontificado a assembléia sinodal é apenas um acidente” (*O Papa e o Concílio*, v. 2, p. 141, segs.).

As considerações que Rui vai bordando em torno do tema refletem bem o “espírito do tempo”, digamos assim, tentando caracterizar a ambiência do mun-

do cristão em 1870. Com toda sua enorme capacidade de demonstrar, provar, refutar, confutar, argüir, argumentar, contraditar, dispondo do extraordinário poder verbal, de recursos de erudição e retórica — Rui jamais quis abordar concretamente as teses levantadas na introdução escrita no fogo de seus 27 anos e que veio depois a condenar e proscrever. Negou-se a novas edições do livro, mas sem enfrentar concretamente aquelas páginas cismáticas. A contestação do concílio deixou plantadas em muitas consciências as interrogações dissidentes — *indecisae manebunt*.

Rui arma a artilharia erudita contra a praça que supunha sitiada — a hegemonia da Igreja sobre o Estado, que motivara seu discurso na maçonaria. Ribombavam no *Jornal do Comércio* os artigos de Saldanha Marinho sob pseudônimo de Ganganelli, reunidos posteriormente em quatro volumes. Este se embrenha na literatura religiosa a pretexto dos bispos presos por Pedro I — episódios hoje bem estudados por gregos e troianos na serenidade da distância.

Doellinger pretendia desmascarar as falsificações que, a seus olhos, haviam concorrido para destruir as instituições federativas da Igreja para dar lugar à monarquia absoluta vigente. E morreu aos 90 anos na convicção de que labutara a serviço da verdade cristã. Resistiu, sereno, a solicitações eminentes de colegas eminentíssimos. Nem o intimidou a pena irritada de Hergenroether, que o agrediu com inclemência ortodoxa, no seu livro *Anti-Janus*.

Quais os pontos argüidos contra Doellinger? São muitos e são complexos.

Nesta digressão, minha incompetência me impede de tocar-lhe no mérito, no que os senhores concordarão entusiasticamente.

O exegeta inconformista enumera as falsificações do 6.º cânon de Nicéia; as fábulas do batismo de Constantino e de suas doações; as adulterações do pseudo-Isidoro, de Gratiano, do pseudo-Cirilo, dos manuais de teologia em circulação, dos documentos canônicos citados rotineiramente pelo magistério eclesiástico, etc. Enorme acervo de astúcias e trapaças estariam à base de uma hegemonia que Doellinger quis aluir e remover, no esforço de rodar para trás o catolicismo do século XIX à busca das frescas nascentes do cristianismo do primeiro milênio.

“Ferido de excomunhão por um prelado — queixa-se Doellinger ao núncio Ruffo Scilla em carta de 12 de outubro de 1887 — que, por tal ato, foi cumulado de louvores por Pio IX, senti, há 16 anos, a imperiosa necessidade de nada negligenciar do que me pudesse esclarecer sobre a conduta que me cumpriria manter em tão penosa situação (*in einer so peinlichen Lage*)” (Doellinger. *Briefe und Erklarungen ueber die Vatikanischen Dekrete — 1869 bis 1887*. Darmstadt, 1968. p. 147.). Nesta mesma carta, perguntava, aflito, se lhe era lícito desdizer e renegar o que apurara em 56 anos de pesquisas e estudos. “Fui professor ativo de teologia durante 47 anos, de 1823 a 1871” — confessa ao núncio Ruffo Scilla. “Durante esse longo período sempre ensinei o contrário do que decidi Pio IX em 1870; todo mundo sabia ou podia saber no que eu acreditava e pesquisava sobre tais questões.” E concluía indagando: “Que lhe pediam? que declarasse ao mundo: católicos e protestantes, durante meio século enganei-os e enganei-me e somente agora, ao fim de longa carreira, deparo com a verdade?”

Nesse livrinho de cartas e excertos de Doellinger há graves motivos para não se julgar levemente a consciência torturada do historiador. Foi decerto o que impressionou Rui quando leu *O Papa e o Concílio* e assumiu o compromisso de traduzi-lo. Mas, como era de seu hábito, entrincheirou-se em vasta

literatura, cercou-se de autoridades conspícuas para travar a batalha. Lá estão elas crepitando nos rodapés das páginas introdutórias, de baterias assestadas contra o mesmo alvo de Doellinger.

No correr dos anos, desiludido, agredido pela inveja e pelas calúnias engendradas nas competições eleitorais, Rui desinteressou-se pela questão, que ia morrendo com o século, com a geração ultramontana e com a monarquia.

Da tradução brasileira, a primeira edição foi custeada de seu próprio bolso, em 1877, pois não recebeu o auxílio prometido por Saldanha Marinho. Publicou-a os editores Brown & Evaristo, Rua Nova do Ouvidor, cujo frontispício é reproduzido na quarta edição feita pela Casa de Rui Barbosa, nas *Obras completas*. Veio a seguir a edição organizada por Homero Pires, em 1930, Livraria Acadêmica, Saraiva & Cia., São Paulo. A terceira, na década de 40, procedeu da Livraria Elos, do Rio.

4. Retomando o fio destes comentários, direi ainda que Doellinger recebeu numerosas cartas de altos dignitários da Igreja e de vários grupos de pressão, com intimidações e ameaças, como sói acontecer nessas crises. Todas, entretanto, declaravam que não queriam provocar nenhum cisma (*wir wollen kein Schisma machen*). O exegeta recalcitrante também afirma que jamais “se ligaria a qualquer sociedade cismática: sou solitário (*ich bin isoliert*). Isolado, mas participe na comunidade eclesial, certo de que ‘a tal excomunhão não lhe prejudicaria a alma’. O estudo persuadiu-o cada vez mais de que as alterações, ficções, mistificações, já reconhecidas no século XVII, se amontoavam nas obras que defendiam o concílio”.

Editado pela Fundação Fritz Thyssen, em 1969, na coleção *Wegbereiter heutiger Theologie*, sob orientação de Heinrich Fries e Johann Finsterhoelzl, na Áustria, recebi a pequena antologia dos escritos de Doellinger. É, por assim dizer, o repasse de seu requisitório de meio século — investigação metódica realizada serenamente por um verdadeiro *scholar*. Na introdução, percebe-se logo a intenção dos organizadores daqueles textos tão argutamente selecionados: neles há coisas que lembram manifestações do “progressismo” de certas correntes clericais da atualidade. À tática de tais militantes poderia caber o lema cartesiano *larvatus prode*: avança, inocentemente marxista, no caminho de uma libertação negativista dos dogmas feitos mitos racionalizados, construindo uma interpretação renovadora ao compasso da emancipação do homem das peias do capitalismo.

A lição de Doellinger resistia à infalibilidade em nome da autenticidade primitiva do cristianismo, acusando o Medievo de ter-lhe adulterado a exegese. Falta, aos progressistas atuais, a coragem de uma beligerência aberta contra a tradição fortalecida no *Syllabus*, embora se aproximem à sorrelfa do racionalismo inspirado no humanismo e nas ciências biológicas da segunda metade do século XIX. São darwinistas envergonhados do macaco, a modo do Padre Chardin, ou apregoam um misticismo revolucionário que se exalta na vocação de coveiros do apocalipse.

Decerto, estão longe das exegeses de Janus-Doellinger, que vinha de meio universitário, três vezes exercera o Reitorado (1845, 1866, 1872) e tinha acendrado espírito de crítica histórica. Seus artigos na *Ausburger Allgemeine Zeitung* revelam a mente permeável de quem não se enfeudara no campo da teologia clássica. À luz desse critério é que aparece o parentesco ideológico com os levitas libertários que por aí trescalam a alviçareira “teologia da Re-

volução”, causando escândalo aos velhos católicos empedernidos na tradição de dois mil anos.

Na obra *Passado e presente da teologia católica* (1863), quando já fumavam as teses infalibilistas, recrudescendo a reação contra a política vaticana no plano ideológico, Doellinger anotava que a “Teologia cristã era filha do espírito grego e frutificara do espírito hebraico no terceiro século DC, quando surgiam a literatura, a filosofia e a educação que tanto tempo dominaram o Oriente e o Ocidente. Alexandria era a encruzilhada onde se digladiava a filosofia pagã (decadência das escolas estóicas e epicúrias, recrudescência do peripatetismo) e ganhavam forças as heresias gnósticas”.

O processo de laicização na Alemanha, girando em torno da luta contra o que se chamou então “absolutismo papal”, irradiou na Inglaterra e na França como reflexo da resistência em prol da liberdade de espírito, que via no *Syllabus* o instrumento odioso da polícia clerical. Era uma dissidência branca, que não visava a insurreição de protesto, conforme afirmava Doellinger condenando a atitude luterana e submissa à velha Igreja.

Diante da situação atual e do progressismo da teologia revolucionária, a gente imagina que são Doellinger pelo avesso: distanciam-se dos antigos papas e de suas encíclicas para pregar mudanças que já puseram o fuzil nas mãos de padres mais quentes. Têm saudades do cristianismo dos primeiros séculos; saudades contraditórias, quando começava ainda a longínqua embriogenia das estruturas de governo espiritual dos povos.

5. Detive-me nessas reflexões e citações a respeito de Janus e *O Papa e o Concílio* porque têm algumas implicâncias com os movimentos que se propagam no pensamento religioso contemporâneo. Quando se percorrem os capítulos daquela obra, quer na parte de Rui, quer na de Janus, que se compensam nas dimensões polêmicas, a impressão de um leigo curioso do problema e insuficientemente preparado é a de um general a par das estratégias nucleares, responsável pelo massacre universal, andando em um museu de armas do tempo de Napoleão (exagerando, ia escrevendo — de Júlio Cesar).

Mas, concomitantemente, conjectura-se na *persistência do sentimento religioso*, força que o racionalismo não consegue eliminar no processo histórico e que assume por vezes formas antitéticas. O subjetivismo religioso palpita valentemente nas convicções anti-religiosas, irrompendo a cada fase crítica da cultura humana.

A tese é muito complexa. Não se pode singelamente ajustar o Vaticano II como réplica ao Vaticano I para pô-los no enfoque de Doellinger. As hereditariedades ideológicas se misturam. “Não há de se esquecer — escreve notável teólogo do progressismo — que Pio IX é o autor do *Syllabus* (1864), onde se condenam aquelas realidades que depois no Vaticano II serão aprovadas: liberdade de religião, de consciência, a democracia, etc.” No Brasil, a separação da Igreja do Estado (1890), que tanto barulho deu, ajudou a vitória ecumênica da romanização, que liquidaria o cristianismo colonial. Deus escreve certo por linhas tortas, que é como o senso comum traduz o sentido dialético do desenvolvimento. Os dois pólos desse pensamento: uma igreja nacional, que talvez fosse a idealizada por Feijó, e a resistente igreja conservadora de D. Romualdo de Seixas, para falar em termos concretos da história nacional.

Por mais que se disfarcem, na mensagem do Vaticano II, precavidamente insinuações, a socialização crescente está adulterando as bases do capitalismo industrial. Este tem suas afinidades com os métodos dos executivos totalitários e gagueja quando tenta dar explicações sobre o capítulo constitucional que cataloga os direitos do homem. Dificilmente se poderia negar a infidelidade à herança do Vaticano I. Daí todo esse trabalho do episcopado progressista na construção de uma teologia alimentada de uma experiência escatológica e sotériológica, que vem aumentar a calorosa agonia deste fim de século.

Os inquietos *strata* eclesiais deram-se a reler os textos clássicos sob a claridade avermelhada de um léxico refratário. Onde se lia, nos manuais de outrora, *nexo causal*, no velho estilo aristotélico, passou-se a ler *nexo dialético*, de novo sabor hegeliano; onde se concebia *progresso*, definiu-se o *devenir*, o vir-a-ser retocado por Marx; o *mítico* assume o papel da *versão racional* da verdade sob *formas simbólicas*; a *alienação*, conceito retirado por Feuerbach do arsenal hegeliano, desempenha papel exegético-bíblico e não consegue exaurir-se de sua eiva política, comprometendo a teologia da libertação com o processo marxista; o temporal e histórico absorvem digestivamente o intemporal e transcendente; a luta do proletariado contra a burguesia lavra pelo subterrâneo, enquanto Karl Marx é caçado (com cedilha) para ser engaiolado numa *Suma Teológica* que espantaria os tomistas do Vaticano I.

Nesse evangelismo equívoco pretende-se fazer do padre o cabeça do profetismo socialista para mover o ataque à burguesia parasitária, desalmada e lucrativa. Breve, acudindo aos apelos urgentes de salvação, os Tomas Munzeis despontarão do seio da miséria levantando camponeses para as *jaqueries* libertárias.

6. Agora compreendemos a aflição de um Gustavo Corção, que neste Conselho andava tão irritado contra a nova cristologia medrada no solo das crises que golpeiam o regime. Suponho que o ponto que mais o enraivecia era o da “desmitificação das formulações evangélicas”, que o teólogo Boltmann capitaneou nos arraiais europeus, “pretendendo eliminar representações mitológicas e conceitos culturais amalgamados no sincretismo helenístico”.

Quando Moltmann escreve o “novo critério da teologia e da fé está na práxis”, apenas veste o pensamento messiânico na fraseologia dos protestos do século XIX. O processo de teologização soma todos os ingredientes. Seeber, invocando Schaul, discerne três componentes, a saber: a) o caráter escatológico do cristianismo, que usam para convencer da possibilidade e inevitabilidade da revolução; b) o caráter revolucionário do messianismo bíblico, com a mensagem de um espírito revolucionário; c) o caráter histórico do dinamismo da ação divina, que se manifesta no processo de humanização através da ascensão histórica do homem.

Ora, evidentemente os propósitos de Janus, em 1870, eram muito mais mo-rigerados e, nos dias correntes, não despertariam grande alarido. O que pregam agora os cristólogos da Revolução tem as dimensões do Adamastor que assombrou os navegantes ao dobrar o cabo das Tormentas. Ouve-se que a “desrejudaização da tradição de Jesus” há de superar a “ética da obediência” e substituí-la pela “ética da libertação”, que desfruta das simpatias de Ernst Bloch. Este nos ensina que “só um bom ateu pode ser um cristão” — e vice-versa. Talvez a chamada “teologia da Revolução represente, no máximo, a teoria ou

a estratégia da mudança social concebida na ótica desses novos teólogos, formulação religiosa do alarma escatológico, feita com resíduos judeu-cristãos e as aflições das crises das estruturas de dominação política. Tentativa de uma gnose de desespero num horizonte agônico onde conflitam forças irracionais ansiando por expressão racional nos moldes da tradição.

harry miller

MAIOR PRODUÇÃO E MENOR ESFORÇO

*Organização
e Métodos*

Harry Miller

**& O
M**

8.^a edição

EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Vinte e tantos anos de consultoria técnica junto a empresas comerciais - industriais e a repartições de Governo qualificam Harry Miller a falar da adoção de modernos métodos operacionais que facilitam e ágilizam a produção.

Uma convivência íntima do autor com o assunto lhe permite apresentar suas idéias de maneira clara, despojada e ao alcance de todos.

*Veja e compre nas livrarias da
FGV. No Rio, Praia de
Botafogo, 188; em
São Paulo, Av. Nove de
Julho, 2.029; em Brasília,
CLS 104, Bloco A, Loja 37.
Ou peça pelo Reembolso
Postal à Caixa Postal 9.052. R.J.*